

Meio ambiente, eleições e crise: O que esperar de 2010?

Entrevista com Luiz Pinguelli Rosa e artigo de Paulo Gonzaga Mibielli e Frederico Cavadas Barcellos discutem a agenda eleitoral e do meio ambiente deste ano, enquanto artigo de José Carlos de Assis aponta que a crise continua.



Marcos Dantas detalha os avanços da 1ª Conferência Nacional de Comunicações, apesar da Globo; Programa Faixa Livre comemora 15 anos

Editorial

2010

■ Ao final de 2009, quando o Conselho Editorial do JE se reuniu para definir a pauta dessa presente edição, decidimos abordar assuntos que teriam relevância em 2010. A crise ambiental - a reunião de Copenhague havia acabado de se encerrar, com um claro sinal de fracasso -, a crise econômica mundial, longe de ter se afastado, e a conjuntura eleitoral que nos marcará, com a escolha de um novo presidente da República, foram temas lembrados como de absoluta pertinência para a primeira edição do ano.

As catástrofes naturais dos primeiros dias do novo ano mostram que, muito além de meras preocupações com o meio ambiente, a coordenação dos governos, especialmente de caráter preventivo, deve melhor se articular para minimizar tragédias como as que ocorreram em Angra dos Reis, na Baixada Fluminense e no Haiti.

Nesta ilha do Caribe, a questionada presença das tropas militares brasileiras - a pretexto de se garantir uma propalada "estabilização" política do país já há alguns anos, e que mostrou-se tão frágil quanto as precárias construções de Porto Príncipe - agora poderá, e deverá, esperamos, mostrar muito mais ações de proteção de fato ao sofrido povo haitiano do que até agora produziu.

Esta tragédia escancarou à opinião pública mundial um drama e um processo de opressão tão ou mais intensos que o próprio cataclisma natural: deixou a nu a estratégia da ONU naquele país e mostrou toda a sua ineficiência em atender à vítima. Mas esse fato é apenas mais um exemplo do divórcio existente entre as promessas e a realidade das políticas governamentais, aqui e alhures...

No que diz respeito às matérias da edição, destacamos a entrevista do professor Luiz Pinguelli Rosa, abordando os eixos que imaginamos para essas nossas páginas: o problema da crise ambiental e o fracasso da COP-15; as opções de governo de Lula e o quadro eleitoral; a herança a ser deixada ao novo presidente, especialmente no polêmico setor elétrico, com suas intocadas privatizações e o loteamento político de cargos, que acabaram por vitimar o próprio Pinguelli.

No tocante à crise econômica, José Carlos de Assis nos contempla com um instigante artigo, com relação aos seus possíveis desdobramentos estruturais na própria ordem capitalista, enquanto que Paulo Mibielli e Frederico Barcelos, dirigentes da Sociedade Brasileira de Economia Ecológica, apresentam uma interessante reflexão sobre as mudanças climáticas, o papel do Brasil e a conjuntura eleitoral. O tema das comunicações surge nessa edição em duas matérias. Na primeira, Marcos Dantas nos apresenta um balanço da I Conferência Nacional de Comunicações. Na segunda, Marcelo Cajueiro, nosso editor, se reporta à passagem do aniversário de 15 anos do Programa Faixa Livre, interessante iniciativa de um jornalismo radiofônico independente, mantido por um conjunto de entidades civis da nossa cidade e que conta com o apoio do Corecon-RJ e do Sindecon, além de ter como seu apresentador o nosso conselheiro e ex-presidente Paulo Passarinho.

Finalizando a edição, o Fórum Popular do Orçamento joga um pouco de luz nos recursos públicos do município destinados aos setores de segurança pública e assistência social, nesses tempos de choque de ordem. ☺

SUMÁRIO

- 3 Meio ambiente e eleições
Paulo Gonzaga Mibielli de Carvalho
Frederico Cavadas Barcellos
Mudanças Climáticas, Brasil e Eleições
- 5 Entrevista - Luiz Pinguelli Rosa
"Se o Brasil resolvesse botar pra quebrar com a Eletrobrás, ela seria uma Petrobrás"
- 8 Crise
J. Carlos de Assis
O capitalismo no ponto de mutação (e o Brasil nele)
- 10 Comunicado
Campanha de recadastramento do Cofecon - Substituição das carteiras de identidade profissional
- 12 1ª Confecom
Marcos Dantas
Confecom: a Globo não se viu por aqui
- 14 Fórum Popular do Orçamento
Mas afinal, segurança pública é apenas questão de polícia?
- 16 Programa Faixa Livre: 15 anos de luta pela igualdade social, soberania e democracia
Agenda de cursos

O Corecon-RJ apóia e divulga o programa Faixa Livre, apresentado por Paulo Passarinho, de segunda à sexta-feira, das 8h às 10h, na Rádio Bandeirantes, AM, do Rio, 1360 khz ou na internet: www.programafaixalivre.org.br

JE JORNAL DOS ECONOMISTAS

Órgão Oficial do CORECON - RJ
E SINDECON - RJ
Issn 1519-7387

Conselho Editorial: Gilberto Alcântara, Gilberto Caputo Santos, Gisele Rodrigues, José Antônio Lutterbach Soares, Paulo Mibielli, Paulo Passarinho, Rogério da Silva Rocha, Ruth Espinola Soriano de Mello e Sidney Pascotto da Rocha • **Jornalista Responsável:** Marcelo Cajueiro **Edição:** Diagrama Comunicações Ltda (CNPJ: 74.155.763/0001-48; tel.: 21 2232-3866) • **Projeto Gráfico e diagramação:** Rossana Henriques (21 2437-2960) - rossana.henriques@gmail.com • **Ilustração:** Aliedo • **Caricaturista:** Cássio Loredano • **Fotolito e Impressão:** Folha Dirigida • **Tiragem:** 13.000 exemplares • **Periodicidade:** Mensal • **Correio eletrônico:** imprensa@corecon-rj.org.br

As matérias assinadas por colaboradores não refletem, necessariamente, a posição das entidades. É permitida a reprodução total ou parcial dos artigos desta edição, desde que citada a fonte.

CORECON - CONSELHO REGIONAL DE ECONOMIA/RJ

Av. Rio Branco, 109 - 19º andar - Rio de Janeiro - RJ - Centro - Cep 20054-900
Telefax: (21) 2103-0178 ramal 22 • **Correio eletrônico:** corecon-rj@corecon-rj.org.br
Internet: <http://www.corecon-rj.org.br>

Presidente: Paulo Sergio Souto • **Vice-presidente:** Sidney Pascounto da Rocha **Conselheiros Efetivos:** 1º terço (2008-2010): Reinaldo Gonçalves, Ruth Espinola Soriano de Mello, João Paulo de Almeida Magalhães - 2º terço (2009-2011): Gilberto Caputo Santos,

Edson Peterli Guimarães, Paulo Sergio Souto - 3º terço (2007-2009): Carlos Henrique Tibiriçá Miranda, Sidney Pascotto da Rocha, José Antonio Lutterbach Soares • **Conselheiros Suplentes:** 1º terço (2008-2010): Arthur Camara Cardozo, Luiz Mario Behnken, Regina Lúcia Gadioli dos Santos - 2º terço (2009-2011): André Luiz Rodrigues Osório, Leonardo de Moura Perdigão Pamplona, Miguel Antonio Pinho Bruno - 3º terço (2007-2009): Angela Maria de Lemos Gelli, Sandra Maria Carvalho de Souza, Rogério da Silva Rocha.

SINDECON - SINDICATO DOS ECONOMISTAS DO ESTADO DO RJ

Av. Treze de Maio, 23 - Gr. 1607 a 1609 - Rio de Janeiro - RJ - Cep 20031-000 • **Tel.:** (21)2262-2535
Telefax: (21)2533-7891 e 2533-2192 • **Correio eletrônico:** sindecon@sindecon.org.br

Coordenador Geral: Sidney Pascounto da Rocha • **Coordenador de Relações Institucionais:** Sidney Pascounto da Rocha • **Secretários de Relações Institucionais:** André Luiz Silva de Souza e José Antônio Lutterbach Soares • **Membros da Coordenação de Relações Institucionais:** Abraão Oigman, Antônio Melki, Paulo Sergio Souto e Sandra Maria Carvalho de Souza • **Coordenador de Relações Sindicais:** João Manoel Gonçalves Barbosa • **Secretários de Relações Sindicais:** Carlos Henrique Tibiriçá Miranda e Wellington Leonardo da Silva • **Membros da Coordenação de Relações Sindicais:** Ademir Figueiredo, César Homero Fernandes Lopes, Gilberto Caputo Santos, Maria da Glória Vasconcelos Tavares de Lacerda e Regina Lúcia Gadioli dos Santos • **Coordenador de Divulgação, Administração e Finanças:** Gilberto Alcântara da Cruz • **Membros da Coordenação de Divulgação, Administração e Finanças:** José Jannotti Viegas, e Rogério da Silva Rocha • **Conselho Fiscal:** José Fausto Ferreira, Jorge de Oliveira Camargo e Luciano Amaral Pereira.

Mudanças Climáticas, Brasil e Eleições

■ Paulo Gonzaga Mibielli de Carvalho*
Frederico Cavadas Barcellos*

No final do ano de 2009 o tema mudanças climáticas discutido na Conferência do Clima (COP-15) esteve em evidência e, ao que tudo indica, não vai sair da pauta tão cedo. Há um sentimento entre os analistas de que o encontro foi um fracasso, pelo menos em relação às expectativas que criou. Sem consenso, a COP-15, produziu uma carta de intenções de doze parágrafos que não tem valor legal, sendo o texto considerado, pelo secretário das Nações Unidas, Ban Ki-moon, como “um começo essencial” que precisa adquirir valor legal. Este documento, uma tentativa de salvar a conferência, foi elabo-

rado a partir de negociações do grupo dos Basic (Brasil, China, Índia e África do Sul) com os Estados Unidos, mas houve avanços. Cabe destacar alguns.

Vários países emergentes, como China e Brasil, se comprometeram em diminuir o crescimento de suas emissões. Isso pode parecer pouco (e é) frente à dimensão do problema; mas frente ao histórico desses países o avanço é considerável.

Os EUA se comprometeram a diminuir suas emissões em termos absolutos. Novamente ainda é pouco, mas se comparado com a política de Bush, é um importante avanço. Em suma, os EUA e os países emergentes estão agora (e finalmente) na direção certa. O problema é que se precisa muito mais do que isso,

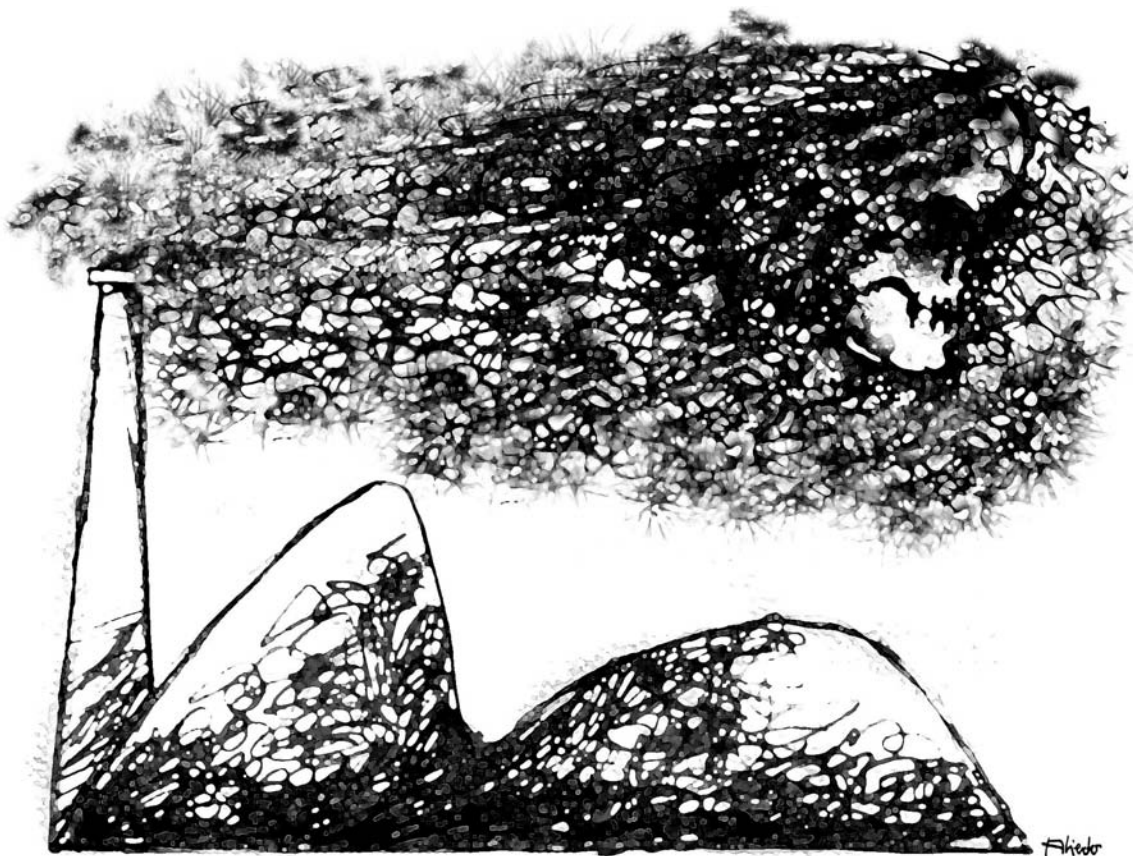
mas como chegar a um consenso com os 186 países que ratificaram o protocolo de Kyoto? Há um sério problema de governança a ser enfrentado. O sistema de consenso, em que cada país tem um voto, acaba dando muito peso a países pequenos, sem emissões de vulto, mas que juntos podem impedir um acordo.

Outro problema é como fazer com que os dois maiores emissores de gases de efeito estufa, EUA e China, avancem no corte de suas emissões. Se esses países não liderarem o processo e “derem o exemplo”, dificilmente vai se conseguir avanços significativos. Um entrave é que historicamente, em momentos de crise econômica, a opinião pública dá mais peso ao crescimento econômico e ao nível do

emprego do que ao meio ambiente. Nos EUA o setor produtivo parece estar saindo do “fundo do poço”, mas essa evolução não é tão positiva quando se refere ao mercado de trabalho. Haveria, pelo menos em tese, uma forma de conciliar as duas coisas (meio ambiente e crescimento econômico) por meio de empregos verdes (por exemplo, estimular o crescimento de energias alternativas), mas pouco se avançou nessa linha.

A China também tem problemas sérios. O principal é a sua matriz energética suja, baseada na queima de carvão mineral, algo difícil de ser alterado no curto prazo. Outro é a necessidade de sua economia alcançar altas taxas de crescimento para absorver o crescente êxodo rural. Caso esses empregos não sejam gerados, a avaliação dos dirigentes chineses é que haveria um rápido e indesejável aumento de tensão social e política de consequências imprevisíveis. A China está saindo de forma bem sucedida da crise, estimulando o investimento e consumo interno. No que tange ao consumo das famílias, esse é um caminho sem volta. Há uma forte demanda reprimida por bens de consumo que vão trazer mais poluição. No entanto, medidas mitigadoras de peso não estão no horizonte de curto prazo.

Nessa discussão o Brasil está, à primeira vista, numa situação favorável. Nossa matriz energética é relativamente limpa; utilizamos a hidroeletricidade e o etanol. As mudanças climáticas podem até trazer ganhos para





Frederico Cavadas Barcellos

o Brasil, via MDLs e exportação de etanol. Nossas emissões são provenientes principalmente do desmatamento e há um consenso de que as queimadas têm que diminuir de forma significativa. As pressões externas, de ONGs, como o Greenpeace, e do governo brasileiro enfraqueceram os setores produtivos importantes que apoiavam o desmatamento – os produtores de soja e da pecuária. O desmatamento tem inclusive diminuído.

Mas a situação não é tão simples como parece. Afinal se fosse fácil acabar com o desmatamento, isso já teria acontecido. Vários estudos mostram que a principal “arma” para combater o desmatamento é a queda dos preços das commodities. Essas estavam em queda em função da crise internacional e agora estão se recuperando. Também não se pode menosprezar o peso da bancada ruralista que, no congresso, tem inibido avanços na área de legislação ambiental. Por outro lado, a atual política energética tem incentivado o uso do carvão mineral, e a situação tende a piorar quando o petróleo do Pré-sal estiver disponível.

O Ministério da Ciência e Tecnologia (MCT) até agora não divulgou os resultados definitivos do inventário de emis-

sões de gases estufa e não explicou a metodologia utilizada na produção dos dados preliminares apresentados em Copenhague. Note que até pouco tempo o MCT e o Ministério do Meio Ambiente (MMA) tinham estimativas divergentes sobre o montante e o peso das diferentes fontes de emissão de gases estufa no Brasil. Às vésperas da COP-15 o MCT e o MMA chegaram a um acordo sobre os números, só não explicaram como conseguiram superar suas diferenças metodológicas...

Somos referência internacional na produção de biocombustíveis, mas por quanto tempo? Estão a caminho novas gerações de biocombustíveis e teremos dificuldade de acompanhar a evolução tecnológica do setor com nosso baixo nível de P&D e um desarticulado sistema de inovações, que ainda depende fortemente do setor público. Nossas exportações de etanol enfrentam barreiras tarifárias difíceis de superar, em especial nesse momento que os países desenvolvidos ainda sofrem os efeitos da crise e temem perder empregos. E a situação pode piorar caso a Comunidade Européia considere que a região do Cerrado tem status ambiental similar ao da Amazônia. Se isso acontecer, toda a produção de etanol proveniente do Cerrado sofrerá fortes restrições e não poderá ser exportada para esse mercado.

A questão social na produção do etanol está ainda mal resolvida e envolve o uso, pelo setor, de grande volume de mão-de-obra sem cumprimento da legislação trabalhista. Esse fato é também um potencial impedimento para as vendas externas. Por sinal, na nova legislação americana para a área de energia, em discussão no congresso dos EUA, estão pre-

vistas barreiras tarifárias “verdes” que, dependendo de como forem formuladas e implementadas, podem também se constituir em um sério problema para nossas exportações, não só para as de biocombustíveis.

O MDL¹ pouco contribuiu para medidas mitigadoras. O mesmo se pode dizer do mercado de créditos de carbono criado na Europa. Em função disso, muitos defendem que o que deve ser priorizado é a “tradicional” taxa de poluição, ou seja, quem emite mais gases estufa, pagaria mais imposto.

Há ainda outros desafios colocados para o Brasil, que mal estão sendo discutidos. São os referentes às medidas adaptativas. Por exemplo, estamos preparados para lidar com furacões e com enchentes mais intensas nas regiões Sul e Sudeste e secas prolongadas no Nordeste? A produção de café e soja conseguirá se adaptar às novas realidades do clima?

Se a COP-15 não foi capaz de sensibilizar o mundo, o mesmo não se pode dizer da visão que os políticos brasileiros passaram a ter sobre o tema. Lula teve presença marcante na COP-15 e para isso contribuiu o início antecipado da corrida eleitoral no Brasil. Na esteira do prestígio que consolidou junto à comunidade internacional, sancionou em 29 de dezembro de 2009 o projeto das Mudanças Climáticas. Com isso, os compromissos de redução de emissões projetadas de gases de efeito estufa em até 38,9% até 2020 viraram lei no país. O virtual lançamento de Marina como candidata à presidência da república colocou o tema meio ambiente no foco das disputas eleitorais. Se Marina não for para o segundo turno, mas tiver uma votação expressiva, pode se tornar o



Paulo Gonzaga M. de Carvalho

fiel da balança nas eleições. Por isso, tanto Dilma como Serra, seus prováveis oponentes, tendem a dar agora mais peso para suas agendas ambientais.

Portanto, 2010 promete. Teremos a COP-16, onde Obama pode já ter uma sinalização mais clara do congresso dos EUA sobre como encaminhar as negociações. No mundo desenvolvido a questão será se a recuperação econômica se mantém ou se haverá retrocessos. No Brasil, não se pode deixar de observar que na década que se encerrou o país consolidou a estabilização e reduziu a desigualdade social, mas a eleição de Dilma não está garantida. A experiência recente do Chile mostra que nem sempre um presidente popular consegue transferir votos para o candidato que apoia. ☺

* Paulo Gonzaga Mibielli de Carvalho é professor da pós-graduação da ENCE e da graduação da UNESA e vice-presidente da Sociedade Brasileira de Economia Ecológica (ECOECO).

* Frederico Cavadas Barcellos é diretor da Sociedade Brasileira de Economia Ecológica (ECOECO).

1 MDL é a sigla para “Ações Mensuráveis, Reportáveis e Verificáveis; ações de países em desenvolvimento que não são metas obrigatórias - como é o caso dos países ricos, sob o Protocolo de Kyoto -, mas que estão abertas à verificação internacional”. <http://www1.folha.uol.com.br/folha/especial/2009/conferenciade-copenhague/glossario.shtml>

“Se o Brasil resolvesse botar pra quebrar com a Eletrobrás, ela seria uma Petrobras”

Presidente da Eletrobrás, indicado pelo próprio presidente da República, Luiz Inácio Lula da Silva, o professor Luiz Pinguelli Rosa, já no meio do primeiro mandato do principal mandatário do país estava de volta às salas de aula da Coordenação dos Programas de Pós-graduação de Engenharia, da Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ), na Ilha do Fundão, após deixar a direção da empresa, abrindo vagas para as composições políticas do Governo Lula, que precisava de espaço para abrigar novos aliados. Nesta entrevista ao JE, ele aborda as posições do governo Lula levadas à Copenhague – o professor é o secretário-executivo do Fórum Brasileiro de Mudanças Climáticas – e repete o que já vinha dizendo: falta uma visão estratégica do Governo Lula para a questão de energia.

P: Como você vê a questão do meio ambiente e da energia nos governos FHC e Lula? O que houve de continuidade e o que mudou?

R: O Ministério do Lula foi mais efetivo. A Marina e o Minc, podemos discordar em algumas coisas, mas ambos foram atuantes. Eu nem me lembro dos ministros do FHC; não é que tenham sido maus ministros, só não foram marcantes.

O governo Lula deu mais espaço à questão do meio ambiente, e também foi mais polêmico. A Marina saiu porque tinha uma discordância com o governo. Já na época dela, começou a redução do desmatamento da Amazônia, o que continuou com o Minc. Outras medidas foram tomadas, polemizando com alguns outros ministros e governadores, e com resultados concretos, como, por exemplo, a adoção de uma política dife-

renciada de mudanças climáticas. Isso pode ser considerado uma ruptura.

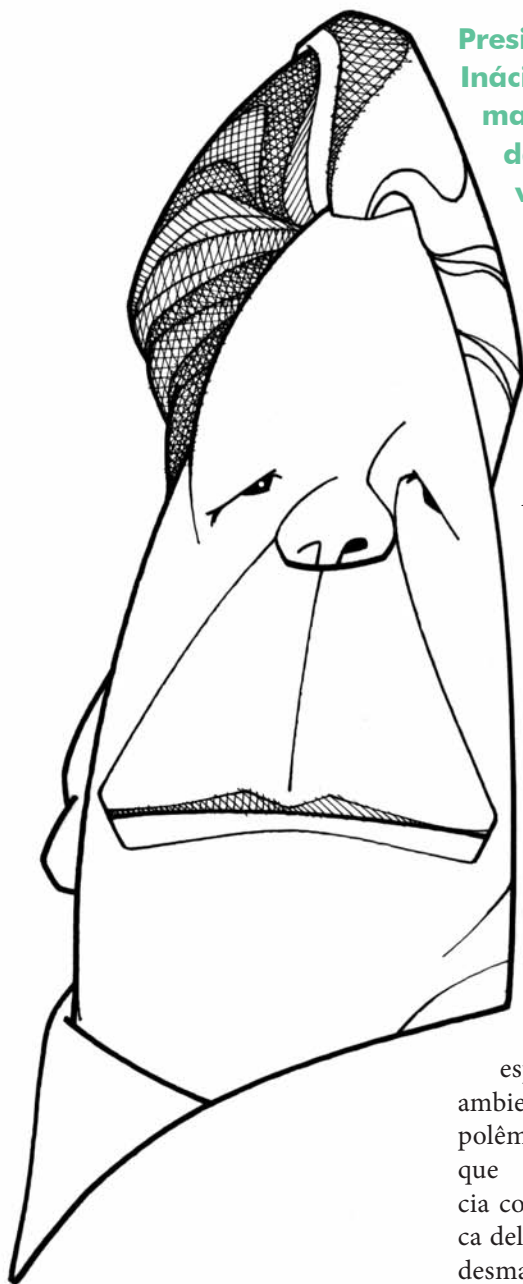
P: E quanto à questão da energia, no tocante à construção das hidrelétricas, por exemplo, você acha que houve um avanço aí? Porque o Brasil ora é apontado como um país que tem uma matriz energética limpa, muito devido às hidrelétricas, e ao mesmo tempo há a questão da ampliação da nossa capacidade energética através das termelétricas, o que é uma total contradição.

R: O governo FHC foi descaradamente privatizante, com uma proposta de energia que não tinha nada a ver com o meio ambiente. E não era privatizante com um rumo, para obter alguma coisa; era privatizante por ideologia, por pressão internacional. Tanto é que acabou levando à falta de energia em 2001. Na época, diziam que as empresas estrangeiras viriam e fariam investimentos no setor, mas não houve in-

vestimento algum e acabou havendo o apagão.

No governo Lula, houve preocupação com o meio ambiente devido à pressão da Marina e do Minc em relação às hidrelétricas e ao licenciamento ambiental. O Ibama passou a ser mais atuante, passou a existir um planejamento. No entanto, ainda existe o modelo das termelétricas, que é errado. O modelo do governo Lula ainda é privatizante sem privatizar, como café sem caféina. Ele não vende as empresas. Furnas era a bola da vez no governo FHC e não foi vendida em parte por pressão da esquerda e em parte por causa do apagão, que queimou o filme do FHC. Mas o governo Lula empurra muito o setor energético estatal para ser uma linha auxiliar dos interesses privados. As empresas estatais entram minoritárias (o que é uma regra do FHC) para viabilizar altos lucros para os grupos privados.

E em alguns casos, as empresas são pseudo-privatizadas, como





no caso da Vale. Se o governo aplicar a Lei das Sociedades Anônimas e integralizar as ações sob seu controle, ele vira o controlador da Vale. Basta querer, é uma questão de vontade. Em várias empresas, isso acontece. O capital estatal e paraestatal (BNDES e fundos de pensão) controla mais de 50% do capital acionário. E aí é que entram os acordos. Por que o Bradesco, que é minoritário, indica o presidente do conselho administrativo da Vale? É um acordo que foi feito na época do FHC e não foi desfeito no governo Lula.

O exemplo mais claro do que poderia acontecer se o governo decidisse fazer isso é o caso do Itamar Franco. Ele me chamou várias vezes em Minas Gerais para discutir esse assunto. A Cemig estava sob o controle da AES americana, que está no Brasil até hoje, controla a Eletropaulo e a AES brasileira, que é uma empresa de geração de energia. A AES entrou na Cemig junto com o governo mineiro, que estava fora do controle acionário, mas era majoritária em ações. Quando o Itamar assumiu, ele mandou a Coppe fazer um estudo sobre a Cemig, e resolveu simplesmente tirar o controle da companhia da AES.

A repercussão foi gigantesca. O Itamar até usou uma sugges-

tão minha, inclusive envolvendo a privatização de Furnas, de usar a prerrogativa dos interesses do estado em relação à água. Minas era contra a privatização, porque Furnas tem muitas usinas em território mineiro, e privatizá-las era entregar de presente a água, que não é de ninguém, não pode ser dada. Então, o Itamar usou a sua prerrogativa de governador do estado e declarou que não era do interesse do estado de Minas Gerais ter um minoritário no controle da Cemig. Ele foi longe, ocupou as usinas federais com tropas da PM em pleno governo FHC e tomou o controle da Cemig da AES, denunciando o acordo acionário. Isso pode ser feito, está na Lei das S.A.; qualquer contrato tem cláusulas de quebra. Isso que o governo Lula faz, dizer que não se pode romper contrato, é estupidez.

Mas o que nós estávamos dizendo é que muitas empresas elétricas estão na mesma situação da Vale, com participação acionária de governos e fundos de pensões que ultrapassa 50%. A “privatização” do Lula é essa: não se privatizou empresa, mas também não se exerceu esse direito de tomar o controle, e se favoreceram muito as oportunidades no setor para o interesse privado. A questão das termelétricas tem muito disso: as empresas estatais entraram em consórcios com empresas privadas, como minoritárias, e têm um retorno de capital menor do que as majoritárias.

O governo Lula manteve a lógica do FHC, manteve a participação do setor privado no setor sem vender as empresas. Os interesses privados no setor elétrico no Brasil estão muito bem, obrigado; eles não compram empresas, mas fazem os empreendimentos e ganham

muito dinheiro. Agora, se o Brasil resolvesse botar pra quebrar com a Eletrobrás, ela seria uma Petrobras.

P: Em uma eventual eleição da Dilma, você acredita que mudaria essa disposição do governo federal em relação ao setor elétrico, fortalecendo a Eletrobrás, por exemplo?

R: Não. Não vejo nenhuma perspectiva da mudança, nenhuma diferença substancial entre o Lula e a Dilma.

P: Vamos falar um pouco da COP-15. Como foram os bastidores dentro do governo, havia divergências quanto às metas?

R: Em agosto, o Lula me chamou para uma conversa e me disse “eu quero que você faça um debate no Fórum Brasileiro de Mudanças Climáticas sobre esse negócio de Copenhague, a posição do Brasil, e depois a gente faz uma reunião comigo e com o pessoal do fórum”. E ele queria também que eu fosse às reuniões com os ministros.

Já havia debates para um Plano Nacional de Mudança Climática. Isso era algo da época da Marina. Já havia metas para o Brasil atingir, particularmente na redução do desmatamento, que é o maior responsável pela emissão desses gases. Essa batalha ocorreu nos períodos da Marina e do Minc, mas com o Minc acelerou muito, porque ele criou uma estrutura mais ágil, eu acho, e porque moveu um pouco o eixo de São Paulo para o Rio de Janeiro.

Havia conflitos em escala interna, entre o Ministério do Meio Ambiente (MMA) e o Ministério da Ciência e Tecnologia (MCT), além de conflitos com o Itamaraty, que tinha uma preocupação de aquilo não repercutir na posição externa do Brasil. Além disso, o Itamaraty tinha

toda uma preocupação semântica com o conceito de estabelecer metas, e tinha lá suas razões, porque as metas foram estabelecidas em Kyoto para os países desenvolvidos. Houve todo um processo até se chegar às metas.

P: Essa discordância do MMA com o MCT envolvia até estimativas diferentes, inclusive. Isso nunca ficou muito bem explicado.

R: As estimativas tinham bases diferentes. A do MMA era mais simplificada do que a do MCT; o nível de precisão, a ordem de magnitude era diferente em uns 10%, nada de muito dramático. O MCT fazia corpo mole. Aquele história de que o Brasil não tinha metas, então não poderia se dispor a levar metas a Copenhague, uma discussão semântica. O que o Brasil fez, muito corretamente, foi uma projeção. Projetei-se a emissão para o ano de 2020 e fez-se uma redução sobre essa projeção – se a projeção se confirmasse, o Brasil estaria se comprometendo a reduzir aquele valor. Foi uma saída ótima que outros países depois acabaram adotando.

Em 2005, se emitiu 2,2 bilhões de toneladas de CO2 equivalente; para 2020, o MMA projetou um total de 2,7 bilhões de toneladas. Então, foram feitas várias reuniões com os ministérios envolvidos, especialmente Agricultura, Energia, e Ciência e Tecnologia, e chegaram à conclusão de que era possível reduzir as emissões em um bilhão de toneladas, chegando a 1,7 bilhões. A maior parte disso é do desmatamento, mesmo. Fica um valor menor que o registrado em 2005. É uma redução real, embora todos os paulis-

tas digam o contrário, porque há uma pressão ambientalista pró-Serra muito grande.

Aliás, há aí um oportunismo curiosíssimo. Eu acompanhava muito os fóruns estaduais, me reunia com todo mundo, inclusive com os paulistas. E sendo o fórum aberto, eu informava sobre todas as reuniões, mandava o material pra todo mundo. E havia em São Paulo um projeto de lei que já tinha sido votado, mas que estava entalado, não havia ainda sido sancionado pelo Serra. Quando o Lula começou a marcar reuniões, isso despertou certa preocupação em São Paulo.

Quando a proposta do MMA foi apresentada, o Lula se interessou e não houve aquela dificuldade do início de se apresentar a proposta como uma coisa factível. Aquilo foi uma vitória. Na reunião seguinte a essa, que foi em São Paulo e teve a presença inclusive de empresários, o rumo da coisa já estava definido. E nesse mesmo dia, o Serra sancionou a lei paulista, e todos os paulistas ficaram dizendo que o governo federal imitou o estadual.

Em Copenhague, eu fui lá com o Serra, que me tratou com muita deferência, aliás, e corrigi essa informação duas vezes. Essa história de que o governo de São Paulo tomou a iniciativa e que o governo federal imitou não é verdade; o governo de São Paulo foi é muito oportunista.

P: O que houve em Copenhague?

R: O Lula chegou a Copenhague por cima da carne seca, porque quando anunciaram a meta aqui, no dia seguinte os EUA e a China, que haviam dito uma semana antes que não iriam apresentar nada em Copenhague, mudaram de idéia e resolveram apresentar metas próprias.

P: Mas em que medida isso tem alguma efetividade? Em que medida nós não estamos na frente de uma grande encenação dos políticos?

R: Tudo é uma grande encenação, tanto é que não saiu nada de Copenhague. Mas o Lula aproveitou esse vácuo. Toda a idéia de Copenhague era de que a posição dos americanos iria mudar, porque o Bush tinha feito jogo duro sobre o assunto. Ainda mais quando o Obama anunciou a metinha americana, que era menor do que a brasileira, havia uma expectativa de que os EUA virariam o jogo. Mas isso não aconteceu; o Obama só chegou lá no último dia. O Lula chegou dois dias antes, viu o ambiente, teve de fazer uma intervenção muito chata e logo saiu a campo. E no dia do banquete da rainha aos chefes de estado o Lula, junto com o Sarkozy – e provavelmente em troca dos aviões franceses – articulou uma posição muito forte que levou a um encontro dos principais chefes de Estado, incluindo Brasil, África do Sul, Índia e China, e os donos do mundo, Japão, Estados Unidos e Europa.

No dia seguinte, ele foi à reunião, já numa coisa extra-oficial, porque ele já tinha feito a sua intervenção, e fez um discurso arrasador, foi interrompido por aplausos mais de uma vez. O Obama fez no mesmo dia uma intervenção e ganhou dois clap-claps. O Brasil saiu com a moral elevada, mas a reunião acabou não dando em nada.

P: Como você vê essa projeção do Brasil nesses sete anos

do governo Lula? O Brasil realmente interfere no concerto das nações ou o concerto nunca esteve tão dissonante, criando um vácuo de poder no qual quem tem mais senso de oportunidade se destaca?

R: Foi isso o que aconteceu em Copenhague. Com a saída do dono da festa, que era o Obama, o Lula entrou botando pra quebrar. A projeção do Brasil realmente se dá em um momento de vácuo internacional. O Obama meio que ficou de mãos atadas com os problemas internos, como aquela votação da saúde, e o problemas da economia dos EUA fizeram a liderança do Obama ficar um pouco esvaziada. E como os europeus não têm liderança nenhuma, o Lula brilha, e consegue certas vantagens para o Brasil.

O que falta ao Lula na verdade não é tática, mas sim estratégia. O Getúlio era um Lula com estratégia; o Juscelino também tinha estratégia, assim como os militares, especialmente o Geisel, que queria dotar o Brasil de certos meios, seguindo uma visão direitista de mundo. Mas o Lula? O Lula é perfeito para enfrentar o momento, para apertar o gatilho, mas o que ele quer para o Brasil a longo prazo? Melhorar

a situação do povo, sim, mas isso não é estratégia. Como o Lula vê o Brasil daqui a 20 anos? Eu não vejo ninguém do governo cuidando disso. Mesmo assim, e mesmo com o grande capital não gostando dele, o Lula permanece muito forte.

P: O grande capital não gosta do Lula? Mas vários grandes empresários apóiam o Lula.

R: **O Lula tem sido bom para o capital, mas eles não confiam no Lula apesar de tudo. Os capitalistas são pragmáticos, e por enquanto o Lula está rendendo dinheiro, mas eles não sabem até onde isso vai.**

O Lula tem esse poder de mobilização, que ele não usa. Eles acham que o Lula tem uma força política descomunal, e temem acordar um dia e descobrir que o Lula mudou como o Getúlio Vargas do primeiro para o segundo governo. Porque derrubar o Collor foi fácil; o João Goulart eles tiraram de letra, mas o Lula? Do Lula eles têm medo. ☹



O capitalismo no ponto de mutação (e o Brasil nele)

■ J. Carlos de Assis*

É impossível desvendar as perspectivas futuras do capitalismo e da própria civilização planetária caso não se compreenda a natureza peculiar e única da crise financeira iniciada em 2007/2008. Muitos economistas têm observado, superficialmente, que a atual crise é a maior desde a Grande Depressão. É um equívoco. É a maior em toda a história do capitalismo. Nada similar aconteceu antes, por exemplo, em termos de crise aguda do sistema bancário e financeiro privado, coração do sistema capitalista, que só sobrevive pelo socorro trilionário do Estado.

Na Grande Depressão dos anos 30, não quebrou nenhum grande banco norte-americano ou inglês ou alemão; não quebrou nenhuma grande corporação manufatureira, nenhuma grande seguradora, nenhuma grande empresa de crédito imobiliário. Só quebraram pequenas e médias empresas e bancos. Desta vez, depois da quebra do Lehman Brothers, que teve repercussões catastróficas, o Tesouro e o FED norte-americanos, ainda sob controle republicano, tiveram que mobilizar a maior operação de socorro da história para evitar a derrocada do capitalismo mundial.

O Citigroup e o Bank of America, os dois maiores bancos norte-americanos, virtual-

mente quebraram; seguiram-se outros 17, também socorridos e colocados sob observação. Na Inglaterra, os dois maiores bancos comerciais foram também estatizados, em operação similar à que absorveu o terceiro maior banco comercial alemão. Trilhões de dólares de dinheiro público foram injetados nos sistemas bancários na maior operação de salvamento que atingiu também a maior seguradora do mundo, AIG, e as duas maiores empresas de crédito imobiliário, Freddie e Fannie.

De forma ainda mais simbólica, virtualmente quebraram as duas maiores montadoras de automóveis nos Estados Unidos, a GM e a Chrysler, também salvas por dinheiro público. Nada parecido com isso aconteceu nos anos 30. Quebra-

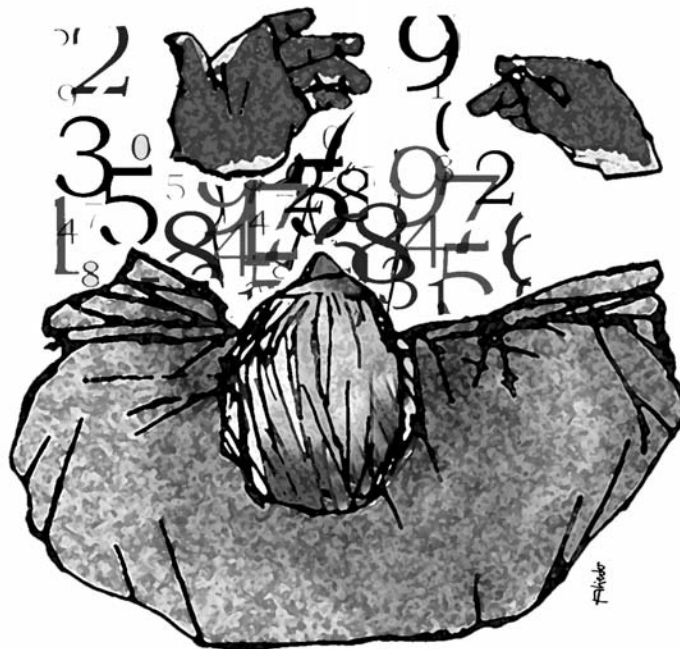
ram, sim, naquela época, milhares de empresas e bancos, mas sem efeitos sistêmicos. Isso jamais chegou a pôr em xeque a natureza mesma do sistema capitalista. Agora temos uma situação radicalmente diferente. E muito mal entendida por grande parte dos economistas, sejam conservadores, sejam progressistas.

O sistema bancário comercial privado, tradicionalmente, partilhava com o Estado a condição de emissor de moeda primária e de supridor de crédito novo à economia. Com a liberação financeira dos anos 80 para cá, essa função tradicional foi tremendamente alavancada pela ajuda dos bancos de investimento e de outros agentes não bancários, que transformaram os créditos de longo prazo dos

bancos comerciais em inversões de curto prazo de aplicadores finais – ou seja, um mesmo depósito à vista gerava mais depósito virtualmente à vista, num esquema Ponzi gigantesco.

Esse sistema tinha virtudes de crescimento pelo efeito da multiplicação do crédito, mas era vulnerável à depreciação das garantias reais ou da capacidade de pagamento dos devedores finais. A história da subprime é conhecida, portanto não é preciso repeti-la. O importante a saber é como uma arquitetura financeira baseada em passivos de curto prazo vai se comportar no futuro em relação ao crédito. Note-se que isso é crucial para uma avaliação das mega-tendências do capitalismo, na medida em que é impossível conceber-se capitalismo sem crédito bancário de longo prazo.

Até o momento, a resposta do sistema bancário norte-americano, britânico e alemão foi no sentido de concentrar-se em operações especulativas não bancárias, inclusive de arbitragem com títulos públicos, virtualmente congelando ou mesmo reduzindo o crédito aos setores privado e público. Esta é a principal causa da estagnação das economias desses três países, e o motivo pelo qual, para mim, não haverá perspectiva de retomada do crescimento sustentável nas economias centrais até que essa disfuncionalidade seja resolvida.



Note-se que não se trata de regulação. O projeto de regulação enviado pelo presidente Obama ao Congresso dos EUA é excelente, mas não resolve a disfunção do sistema bancário. Para se ter uma idéia do imbróglio, os bancos comerciais estão ganhando bilhões de dólares com operações extra-crédito, e com isso começaram a pagar pelo socorro recebido do Estado. Mas não emprestam ao setor produtivo. Os “produtos” que operam são operações cambiais, lançamento de bônus de grandes empresas ou de debêntures, compra de títulos públicos, tudo sem risco.

Só a intermediação com operações de câmbio, sem risco algum, rende bilhões de dólares. É que a base sobre a qual se aplica uma margem de intermediação é da ordem de 3 trilhões de dólares ao dia! Com isso, os bancos são como leões que aprenderam a comer carne humana: não querem saber mais de outra carne – no caso, de ampliar crédito. São como os bancos privados brasileiros, que tradicionalmente evitam empréstimos a longo prazo por ganharem na arbitragem com juros e títulos públicos, sob as bênçãos do Banco Central mais generosamente ortodoxo do mundo.

Nos anos 30, o sistema bancário que entrou na crise saiu com a mesma estrutura básica no fim dela, exceto pela saudável separação entre banco comercial e banco de investimento (Glass-Steagall Act). Se o Governo neoliberal democrata de Clinton não tivesse liquidado essa lei em nome da liberdade de mercado e da globalização financeira iniciada por Reagan, é possível que o desastre de 2008

tivesse sido menor. Voltar atrás agora, porém, é difícil. Os bancos comerciais aprenderam o caminho dos lucros de curto prazo e se manterão nisso travando o crédito.

Essa situação é comum a todo o núcleo do sistema capitalista avançado: EUA, União Européia e Japão. A tendência é de que todo o seu sistema bancário comercial se concentre no curto prazo. Com isso temos uma anulação do sistema tradicional pelo qual o fluxo dos depósitos de curto prazo era a base fundamental da expansão do crédito novo na economia. Do ponto de vista estritamente monetário e financeiro, o aumento do PIB reflete a criação de moeda nova economia, através do sistema bancário comercial. Quando este último pára de emprestar, o produto estagna.

Não é que estejamos diante de uma conspiração de banqueiros, ou “gatos gordos”, como disse Obama. É da natureza do banqueiro buscar o maior lucro possível com a maior segurança. Os bancos norte-americanos têm em suas carteiras algo como 3,5 trilhões de dólares em ativos tóxicos. Seu passivo está virtualmente garantido pelo Estado, pois gozam da condição de serem grandes demais para quebrar. Sua estratégia consiste em ter o mais rápido e seguro lucro a curto prazo, para ir se livrando dos ativos tóxicos e pagando os empréstimos de emergência do Governo, que os mantém em parte manietados em termos de distribuição de dividendos e de bônus.

Sem uma mudança radical na arquitetura financeira mundial é muito difícil qualquer prognóstico de recuperação

sustentável do mundo. O comércio mundial teve uma queda ano passado de 11% em volume e 25% em valor. Nada indica que, neste ano, venha a sair do fundo poço, tendo em vista a situação prevalecente nos EUA, na União Européia e no Japão. Quem cresce no mundo é China e Índia. Mas é claro que as forças combinadas desses dois países não podem arrastar o planeta: são economias de menos de US\$ 5 trilhões, frente a US\$ 17 trilhões da União Européia, US\$ 14 trilhões dos EUA e US\$ 4,5 trilhões do Japão.



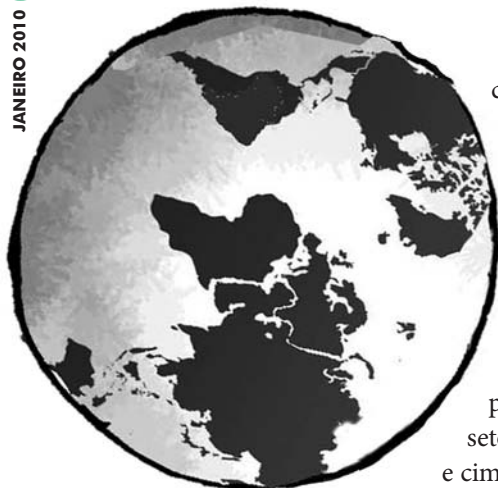
O segredo da sustentação do crescimento da China e da Índia é o planejamento estatal com suporte num sistema bancário comercial público. É muito inconveniente, do ponto de vista ideológico, que um ocidental reconheça isso. As agências multilaterais dominadas por ideologia neoliberal – FMI, BIRD e OCDE – sequer entram no assunto. Contudo, na medida em que a estagnação no Ocidente venha a se revelar como um fenômeno permanente, na ausência de reformas bancárias que reestruturem todo o siste-

ma monetário, o espírito pragmático norte-americano acabará por se impor na busca de uma síntese entre livre mercado e o bem público.

Se isso parece improvável ou muito distante no momento atual, é que a crise pode estar apenas começando. Aliás, em seu primeiro momento, diante da perspectiva de desastre de todo o sistema, ninguém menos que Alan Greenspan, o ex-presidente do FED, campeão do mercado livre, recomendou num depoimento ao Senado a estatização temporária dos grandes bancos. O caminho seguido foi menos radical, e a própria recomendação embutia a idéia de devolução dos bancos estatizados ao setor privado quando a situação se “normalizasse”. Mas o que significa agora ser “normal”?

O Brasil não foi nem o último a entrar na crise nem o primeiro a sair. Ficou no meio termo. A área monetária não entendeu a profundidade da crise até janeiro do ano passado, quando tomamos conhecimento do desastre no mercado de trabalho em dezembro: perda de 650 mil empregos líquidos. O rebaixamento da taxa de juros foi demorado e lento. A taxa básica situa-se ainda hoje num patamar extremamente elevado. O que funcionou foi uma combinação de políticas de renda já acertadas antes da crise (aumento do salário mínimo) com políticas fiscais de estímulo à demanda.

Do lado do financiamento ao investimento e do crédito de longo prazo, foram, de novo, os bancos públicos as grandes forças anticíclicas. O Governo fez com que o Tesouro ampliasse consideravelmente os recur-



tos do BNDES, cujas liberações, ao longo de 2009, foram da ordem de R\$ 140 bilhões. O investimento caiu, mas no terceiro trimestre já acusava aumento 6,3% em relação ao anterior. Em seu conjunto, os bancos públicos aumentaram o crédito em mais de 25% ao longo do ano, enquanto os privados ficaram abaixo de 4%, seguindo a tendência dos países mais ricos.

Não consolidamos, de fato, uma política anticrise. Na área monetária a taxa de juros amarrrou o câmbio num nível extremamente desfavorável a exportações. As commodities voltaram a ocupar 70% da pauta exportadora, pelo que o impacto do mer-

cado externo na geração de renda e emprego internos reduziu-se amplamente. Além disso, a demanda chinesa por matérias primas pode reduzir-se este ano, após várias exortações do Conselho de Estado a empresas e bancos para o fato de que grandes setores (inclusive siderúrgico e cimenteiro) estão com excesso de capacidade.

Com poucas esperanças de estímulo pelo lado externo, convém considerarmos o que se espera do investimento e da demanda internos. Já se mencionou o aumento do investimento no terceiro trimestre. Contudo, é uma ilusão pensar que isso se sustentará por si mesmo. A base de comparação era fraca, e o futuro depende do que os empresários esperam da demanda. Esta, por sua vez, é uma incógnita. Os estímulos de 2009 não se repetirão automaticamente: os aumentos do mínimo e da Bolsa Família serão menores este ano, e as reduções fiscais, menos expressivas.

Tome-se o caso da indústria

automobilística: apesar do recorde nas vendas, a produção foi 1% inferior que em 2008. As exportações desabaram 35%, e a boa performance foi garantida basicamente pelas vendas no mercado interno de 3,4 milhões de veículos, 11,4% maiores que em 2008, estimuladas pela redução ou eliminação de impostos. Pode-se tomar esse comportamento do mercado interno como uma referência estável, e simplesmente projetá-lo para frente? Há economistas fazendo isso, mas eu não acho que sejam projeções razoáveis.

Entendo que a economia poderá ter um crescimento de cerca de 3% este ano, sob a condição de que venha a apoiar-se numa política fiscal e monetária mais coerente que a adotada até aqui. Isso significa reduzir a taxa básica de juros, manter o programa de ampliação do crédito do sistema bancário público, reduzir as margens de arbitragem financeira para os bancos privados com títulos públicos, ampliar os gastos com políticas públicas de caráter social e com políticas de infra-estrutura e de investimen-

tos produtivos, isoladamente ou em parceria com o setor privado. Caso haja algum risco de inflação, atuar pelo lado dos custos e das políticas de rendas.

Uma política desse tipo significa confrontar diretamente o aparato ideológico conservador que, em escala mundial, já fala em retirar estímulos fiscais para as economias debilitadas. Se isso vier a acontecer no mundo, será o caminho da segunda derrocada. Se vier a acontecer no Brasil, vamos conhecer o fundo do poço. Em qualquer hipótese, e por mais que eu torça por estar errado, não consigo visualizar crescimento de 5% neste ano. Teríamos que ter instrumentos de política parecidos com os da China, ou pelo menos com os da Índia, para viabilizar essas altas taxas de expansão do PIB. Infelizmente, ainda não temos. ☒

* J. Carlos de Assis é economista, professor e autor de "A Crise da Globalização", MECS.

ATENÇÃO ECONOMISTAS

CAMPANHA DE RECADASTRAMENTO DO COFECON – SUBSTITUIÇÃO DAS CARTEIRAS DE IDENTIDADE PROFISSIONAL

■ O Conselho Federal de Economia encaminhou, diretamente, no fim de dezembro passado, cartas aos economistas comunicando a deflagração de campanha nacional de cadastramento e enviou formulários a serem preenchidos para a substituição das carteiras de identidade profissional, a ser

processada por empresa contratada para tal fim.

O CORECON-RJ identificou a existência de algumas fragilidades nas rotinas definidas pelo Conselho Federal, sendo a mais importante delas a inexistência de garantia quanto a salvaguarda do sigilo dos dados cadastrais dos economistas.

Enquanto tais lacunas, em

relação as quais já solicitamos providências ao COFECON, não forem preenchidas, o CORECON-RJ receberá os formulários, mas a emissão das novas carteiras somente será efetuada após solucionados os problemas identificados.

Em função do comparecimento diário de elevado número de profissionais ao Conselho,

em função do cadastramento, informamos que o atendimento está sendo processado mediante senha a ser retirada no balcão da Secretaria de Registros.

Para mais informações: 2103 0116 – 0114 – 0115 – 0113 ou 0112

CORECON-RJ

Quem tem Banrisul tem restituição antecipada do IR*.

Na hora de declarar o seu imposto de renda, indique o Banrisul como o seu banco. Depois da entrega, basta apresentar a declaração na sua agência para ter a restituição liberada com rapidez e sem complicação.

Se você ainda não é cliente, abra sua conta no Banrisul.

Agências no Rio de Janeiro

Ag. Rio de Janeiro Av. Presidente Vargas, 463 (21) 2109-1515	Ag. Tijuca Av. General Rocca, 798 (21) 2187-0515
Ag. Copacabana Av. Nossa Senhora de Copacabana, 827 (21) 2107-0515	Centro de Negócios / Barra da Tijuca Rua José Maria Ortigão Sampaio, 55 - Loja D (21) 2433-6529 / (21) 2433-6534

www.banrisul.com.br

 **Banrisul**

Quem tem Banrisul tem tudo.

SAC: 0800 646 1515 | Ouvidoria Banrisul: 0800 644 2200

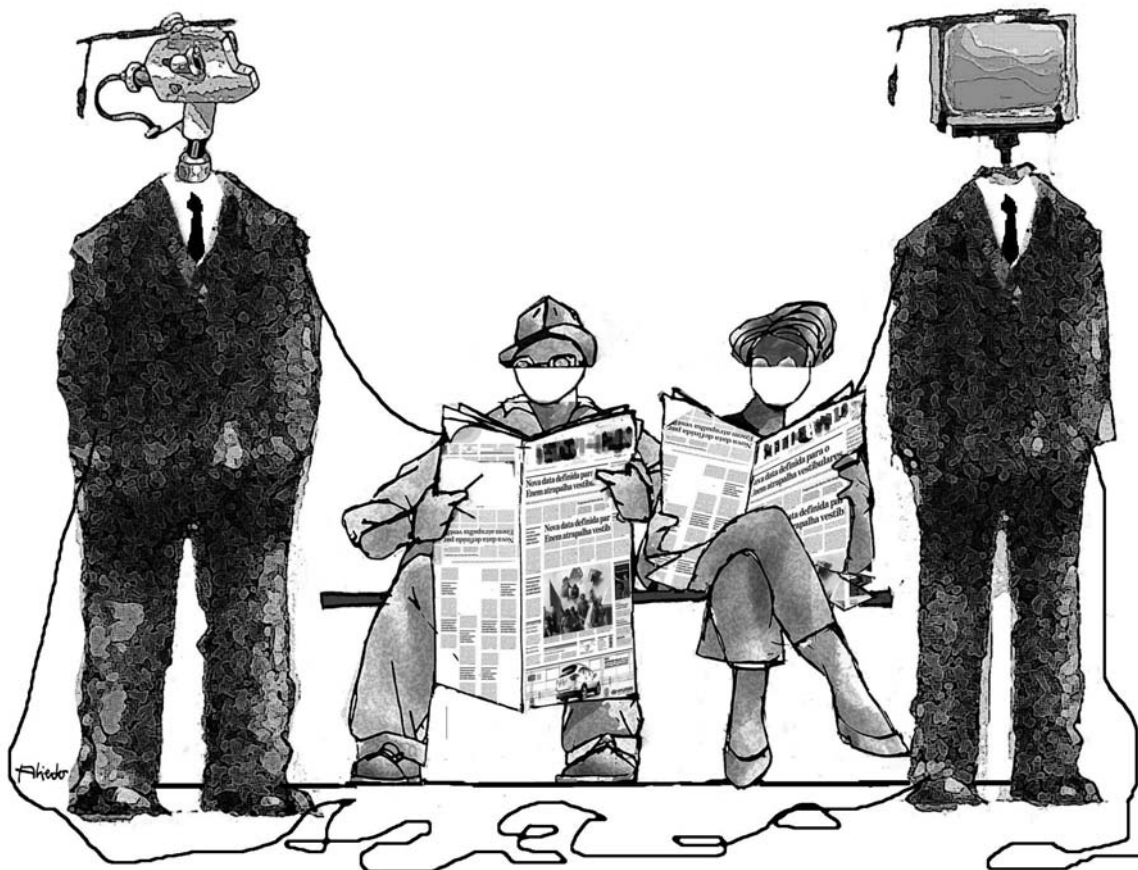
*Sujeito a análise de crédito.

Confecom: a Globo não se viu por aqui

■ Marcos Dantas*

A pesar de boicotada pela Rede Globo, à frente da Abert, e pelo cartel dos grandes jornais, nucleados na ANJ, a 1ª Conferência Nacional de Comunicações (1ª Confecom) foi um sucesso. Enfrentou não poucos problemas ao longo da sua construção, esteve a pique de naufragar em pelo menos dois momentos durante a sua realização, em Brasília, mas, afinal, entre mortos e feridos, salvaram-se todos. Menos as Organizações Globo, a Folha de S. Paulo e assemelhados.

A Confecom foi um sucesso porque, ao longo de dois a três meses, em todo o Brasil, nas preparatórias municipais e estaduais, reuniu um número avaliado em 30 mil pessoas para discutir os rumos das comunicações brasileiras. Foi um sucesso porque congregou, em Brasília, ao longo de dois dias de muito trabalho e muita negociação, cerca de 1 mil delegados da sociedade civil não-empresarial, do empresariado e do governo (oficialmente, seriam 1.648 delegados mas nas votações somente apareceram uns mil). Foi um sucesso porque aprovou 672 propostas, 601 das quais por consenso, muitas delas de grande importância para estabelecer um novo programa político e normativo para as comunicações brasileiras. Foi um sucesso, sobretudo, porque mostrou a empresários e não-empresários ser possível sustentar posições divergentes sem mútuas agressões e ser possível construir posições convergentes com mútuas concessões. Com certeza,



za, para a Associação Brasileira de Radiodifusão (Abra) e para a Telebrasil, entidades empresariais que não acompanharam o radicalismo da Globo/Abert, a Confecom resultou num positivo aprendizado democrático.

As resoluções da Confecom não têm força de lei, todos sabemos disso. Mas podem e deverão vir a ser transformadas em projetos do Executivo e do Legislativo, nos próximos anos. Ao contrário da legislação atualmente em vigor, gerada em gabinetes fechados do governo e aprovada a força de lobbies empresariais e de sabidos (mas nunca investigados) mensalões passados, uma nova legislação que venha a ser respaldada nas resoluções

desta primeira e das próximas Confecons, estará politicamente respaldada e legitimada pelo debate aberto e franco envolvendo os diversos e diferentes segmentos da sociedade. Nos termos das resoluções desta primeira Confecom, o Executivo ou o Legislativo já poderiam considerar a possibilidade de debater uma ou mais de uma lei envolvendo os aspectos abaixo relacionados.

- Criação do Conselho Nacional de Comunicação Social. Trata-se de um antigo projeto, proposto inicialmente na Constituinte de 1988, cujas origens remontam ao Conselho Nacional de Comunicações, instituído pelo Código de Comunicações de 1962 e extinto pela ditadura

militar. Nas condições políticas atuais, o Conselho seria composto por representantes do governo, do empresariado e da sociedade civil não-empresarial, tendo poderes para formular e implementar políticas de comunicações. Junto com o Conselho Nacional, foram aprovadas propostas de criação de conselhos estaduais e municipais.

- Criação do Conselho Federal de Jornalismo e elaboração de uma nova Lei de Imprensa. Independentemente da obrigatoriedade ou não do diploma específico para exercício da profissão, a atividade em si necessita de regulamentação, seja para assegurar, à sociedade, o livre acesso à informação (o recente boico-

te, pelo “Jornal Nacional”, à notícia da premiação do presidente Lula como Homem do Ano pelo Le Monde, é um autêntico escândalo!), seja para garantir aos profissionais condições reais para cumprirem, ou serem punidos se não cumprirem, o código de ética do jornalismo.

- Proibição de publicidade dirigida a menores de 12 anos. É crescente a mobilização da sociedade para proteger a nossa infância e nossa juventude da influência de mensagens publicitárias que visam formá-las como consumidores compulsivos, antes que se formem como cidadãos. Se uma lei nessa direção vier a ser aprovada, pode-se esperar algumas mudanças, para melhor, nas mentalidades de futuras gerações.

- Incentivo à produção audiovisual nacional, independente, regional ou comunitária. Foram dezenas as propostas aprovadas, por consenso, a favor de políticas de fomento e incentivo, inclusive com introdução de cotas ou criação de fundos, à produção nacional, ou independente, ou regional, ou comunitária, ou educativa etc. Uma delas, diz com todas as letras: “Garantir um mínimo de 50% do mercado nacional de radiodifusão e TV por assinatura para a produção de conteúdo nacional” (GT 4/PL 516). O Congresso Nacional está portanto autorizado a introduzir cota de 50% para produção nacional na programação dos canais estrangeiros em TV por assinatura, no lugar das atuais ridículas 3hs30m semanais, conforme consta em projeto de lei recentemente aprovado na Câmara (PL-29), agora a caminho do Senado.

- Universalização da banda larga e da internet. Diversas propostas aprovadas por consenso nos grupos de trabalho, con-



firmam a importância, mesmo prioridade, que a sociedade brasileira passou a dar a políticas públicas voltadas para a universalização da banda larga e do acesso à internet. No entanto, questões como o renascimento da Telebrás ou o uso do Fust revelaram-se polêmicas.

- Obediência à Constituição, em especial aos seus artigos 221 e 222. A Confecom concorda que os meios de comunicação, independentemente das plataformas tecnológicas, devem todos obedecer aos princípios constitucionais que estabelecem suas finalidades educativas e culturais (cabendo, pois, regulá-los), bem como limitam a participação de capital estrangeiro nesses serviços. Uma das propostas aprovadas estabelece que o capital estrangeiro deverá ser reduzido de 30 para 10 por cento. Essas teses implicam rever a própria Constituição que, hoje, separa radiodifusão de telecomunicações e, assim, deixa à margem da regulamentação constitucional todo tipo de conteúdo fornecido por operadoras de telecomunicações.

- Entrada das “teles” na TV por assinatura. Também por consenso, foram aprovadas teses que reconhecem o direito de as operadoras de telecomunicações fornecerem serviços de TV por assinatura, assim respaldan-

do o PL-29 em tramitação no Congresso Nacional. Mas essas mesmas teses reivindicam cotas de programação para o conteúdo audiovisual brasileiro.

- Combate aos monopólios. Com apoio da Abra, foram aprovadas teses que coíbem um mesmo grupo empresarial de deter a quase totalidade do tempo de programação nos canais de TV abertos ou fechados. Isto é: a cadeia produtiva deve ser desagregada, favorecendo a produção independente ou regional. No entanto, não houve consenso para aprovação também do princípio da desagregação estrutural das redes (infra-estrutura).

- Garantia de direitos. Sem muita polêmica, foram aprovadas quase todas as teses que reivindicavam respeito aos, ou promoção dos direitos de minorias, mulheres, trabalhadores ou cidadãos e cidadãs, em geral.

Por pressão do empresariado, a Confecom adotou um método que prometia inviabilizá-la, mas acabou revelando-se surpreendentemente apropriado à produção de consensos. O número de delegados por segmento foi dividido em 40% para os empresários, 40% para os não-empresários e 20% para o governo. Cada segmento tinha o direito de reivindicar “questão sensível” em teses que poderiam afetar decisivamente os seus interesses. Neste caso, a tese deveria ser aprovada, nas Plenárias, por no mínimo 60% dos votos, tendo pelo menos 1 voto em cada um dos três segmentos. Nos grupos de trabalho, por sua vez, foi assegurado que ao invés de voto, nos casos das teses que não reuniam consenso, cada segmento teria o direito de escolher quatro delas de seu interesse (ou duas, no caso do governo) para encaminhamento direto às Plenárias finais de votação.

Dessa metodologia resultou a aprovação, na base de acordos, da maioria das propostas, ainda nos grupos de trabalho. Cento e quarenta teses (10 por GTs) foram encaminhadas às Plenárias finais, das quais 71 foram aprovadas por votação. Restaram alguns impasses. Interessava, por exemplo, à Abra aprovar o direito à multiprogramação na TV digital. Aos movimentos sociais interessava justamente o contrário, vedar a multiprogramação. As duas propostas não foram aprovadas, ambas pelo mesmo motivo: transformadas, pelos respectivos interessados, em “questão sensível”, não obtiveram, nem uma, nem outra, a necessária maioria qualificada. Ou seja, um segmento “empatou” a vontade do outro. O método, em fim, serviu democraticamente a todos...

A Confecom, reconheçamos, foi um grande aprendizado de democracia e diálogo. Criou pontes de comunicação entre segmentos que antes mal se cum-primentavam. Identificou atores e lideranças que poderão, a partir de agora, aprendidas de parte a parte as lições, tentar construir um novo, democrático e nacional marco regulatório para as comunicações brasileiras. No entanto, cabe não esquecer que, persistindo a Globo e a ANJ na recusa do diálogo e da negociação, isto é, ignorando as novas configurações democráticas da sociedade brasileira, o caminho a percorrer ainda está colhido de minas. Elas poderão explodir quando – e se – as resoluções da Confecom chegarem ao Congresso Nacional.

* Marcos Dantas é professor da Escola de Comunicação da UFRJ, doutor em Engenharia de Produção pela Coppe-UFRJ, ex-secretário de Educação a Distância do MEC e delegado do Estado do Rio à 1ª Confecom pela sociedade civil não-empresarial.

Mas afinal, segurança pública é apenas questão de polícia?

“Essas crianças estão nas ruas porque, no Brasil, ser pobre é estar condenado à marginalidade. Estão nas ruas porque suas famílias foram destruídas. Estão nas ruas porque nos omitimos. Estão nas ruas, e estão sendo assassinadas.” – Betinho em 1992.

O ano de 2009 foi marcado pela troca de mandatos das prefeituras municipais. No caso do Rio de Janeiro, o novo prefeito eleito revelou novas prioridades na governança da cidade, fazendo do exercício passado o ano do Choque de Ordem. Sendo assim, a fim de abraçar o tema atualmente em voga na nossa política municipal, nossa edição deste mês dirá respeito à Segurança Pública.

No entanto, entendemos Segurança Pública como mais que apenas uma política de segurança a fim de garantir a ordem. Consideramos fundamental o papel da Assistência Social na garantia dos direitos de todos como parte desse projeto de dar seguridade à população. Portanto, trataremos ambas as funções do governo conjuntamente nesta edição.

Observando as funções de governo expostas na peça orçamentária, e levando em consideração a projeção realizada pelo FPO-RJ, identificamos queda de 6,5% na execução das despesas em 2009 da Prefeitura como um todo. As Funções Assistência Social e Segurança Pública demonstraram uma redução nos gastos ainda maior (-22,5% e -14% respectivamente, vide Gráfico 1), revelando que em situação de crise e corte de despesas, a seguridade da população se revela um fator de menor relevância à Prefeitura do que a dívida pública, por exemplo, cujos dispêndios destinados aumentaram 3%.

O Projeto de Lei Orçamentária de 2010 revela que a baixa execução de tais despesas se deu por motivos atípicos e não revela uma tendência de queda nestes gastos. O valor previsto para este ano, em ambos os casos, supera não só o valor efetivamente liquidado no exercício passado como também o que fora estimado para 2009, chegando no caso da Assistência a quase R\$391 milhões e da Segurança Pública aproximadamente à R\$232 milhões.

Devemos lembrar que Segurança Pública é uma competência do governo do Estado. No município tais gastos dizem respeito somente à conservação do patrimônio público, ou seja, a Guarda Municipal, ou seja, o Choque de Ordem do Eduardo Paes. Sendo assim, discriminamos os gastos do Governo Estadual na Nota anexa ao texto.

Projetos e Iniciativas Estratégicas - Segurança Pública

Para o exercício de 2010 contamos não só com a Lei Orçamentária para pautar nossa análise, mas também com o Plano Plurianual (PPA) do novo governo, que traduz orçamentariamente o Rio de Janeiro que o atual prefeito pretende entregar ao fim de seu mandato.

As iniciativas estratégicas discriminadas no PPA foram classificadas como de Ordem Pública e são as seguintes:

- **Ações de ordenamento**, cujo objetivo é o de reestruturar e modernizar os órgãos de fiscalização e monitoramento da ordem pública, tendo como meta a ser alcançada até 2013, a redução de 5% das áreas ocupadas por favelas, a ordenação do espaço público e a fiscalização das atividades econômicas de modo a identificar atividades ainda não licenciadas buscando a formalização de 60% dos trabalhadores cariocas. O programa conta com R\$3,6 milhões para os quatro anos (2010-2013).
- **Modernização da Guarda Municipal** através do aumento de efetivo, melhoria de sua infraestrutura e de seus equipamen-

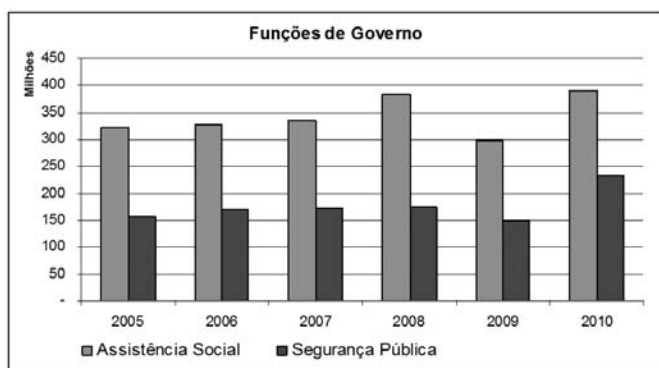
tos para que esta possa aumentar sua eficiência e capacidade de atuação nas ações de ordenamento do espaço público, atuação em microrregiões através das 15 inspetorias espalhadas pela cidade e policiamento dos principais corredores turísticos da cidade. O programa conta com mais de R\$23 milhões para os mesmos quatro anos.

- **Implantação de câmeras de vigilância** nos principais pontos turísticos da cidade e pontos com grande incidência de delitos através de um convênio de mais de R\$48 milhões com o governo federal – Pronasci.

- **Implantação dos Corredores de Segurança Turísticos** que conta com R\$5,92 milhões para garantir o policiamento dos principais corredores turísticos da cidade pela Guarda Municipal.

Devemos ressaltar que as três últimas iniciativas estratégicas são vinculadas ao projeto olímpico da cidade do Rio. Outro destaque relevante é o projeto em parceria com o governo federal acima mencionado, o **Pronasci** (Programa Nacional de Segurança Pública e Cidadania), cujo objetivo é resgatar a cidadania no combate à criminalidade e à exclusão social no Rio de Janeiro. O projeto é dividido em dois: *atividades diretas* - projetos mulher e aluna da paz, a implantação do núcleo de justiça comunitária e da unidade saúde da família, ações de inclusão social, cultural e digital, dentre outros diversos produtos; e *atividades indiretas* - capacitação de 180 profissionais de segurança por ano, implementação do Plano Municipal de Segurança, dentre outras atividades.

Gráfico 1



Visualizamos no orçamento de 2010, duas importantes alterações na estrutura da Prefeitura no que diz respeito à Segurança Pública municipal: a extinção da Empresa Municipal de Vigilância com a criação da autarquia da Guarda Municipal do Rio de Janeiro, visando reestruturar o serviço de policiamento oferecido pelo município, e a criação da Secretaria Especial de Ordem Pública, conduzida pelo aclamado xerife do Rio - Rodrigo Bethlem, responsável pela implantação do Disque Ordem 153, que funciona como o principal canal de comunicação entre a Prefeitura e a população no atendimento de denúncias sobre problemas que atrapalham a rotina da população, ou seja, que dizem respeito ao Choque de Ordem.

Enfim, observamos que a ordem e políticas de segurança são de fato prioridades do governo Eduardo Paes. Mas e a segurança do cidadão? Será que os direitos básicos humanos também estão sendo defendidos com pulso firme?

Projetos e Metas – Assistência Social

Em 2009, uma das ações com boa execução (97%) em termos dos gastos que estavam previstos para sua realização (R\$ 15 mil), e que diz respeito

à temática da segurança pública dentro da assistência social foi o Projeto Penas Alternativas, projeto definido em lei federal de 1998.

Matéria também de segurança pública, a exclusão social merece atenção especial, tornando necessária a existência de esforços contínuos na elaboração e execução de programas para a proteção social. O ProJovem (Programa Nacional de Inclusão do Jovem), por exemplo, é um projeto que surge por iniciativa do governo federal mas conta com o apoio dos municípios para a sua realização. Essa articulação, no entanto, não tem se mostrado exitosa - em 2009 apenas 27% da dotação foi liquidada.

Para os próximos quatro anos estão previstas metas de provisão de assistência aos grupos pauperizados. O PPA prevê dobrar a cobertura do Programa Bolsa Família e capacitar 30 mil jovens de famílias cadastradas no Programa até 2013.

Também está prevista a ampliação da proteção especial (atendimento às famílias em situação de vulnerabilidade social) através da criação de mais quatro unidades de Centros de Referência Especializado de Assistência Social, além dos nove já existentes, em locais estratégicos da cidade, buscando a

descentralização e focalização na prestação de assistência.


A intenção central proclamada no PPA é reduzir em pelo menos 15% a população carioca que se encontra abaixo da linha de indigência até o final de 2013. De acordo com os dados da PNAD, o percentual da população municipal com renda per capita até 1/4 do salário mínimo era de 3,2% em 2007.

Assistência Social e Segurança Pública

Em julho de 2009 foi realizada, no Rio de Janeiro, a Conferência Livre de Segurança Pública sob coordenação dos Conselhos Regionais de Psicologia e de Serviço Social. Neste evento os profissionais das áreas e representantes de movimentos sociais presentes apontaram os princípios e diretrizes necessários à construção de uma nova política pública de segurança.

Dentre as diretrizes, foram elencadas a formação permanente do ponto de vista político, ético e técnico das equipes de segurança, e a ampliação dos quadros profissionais incluindo os próprios psicólogos e assistentes sociais, de modo a fazer cumprir os direitos humanos daqueles que cumprem as penas e, mesmo, propor soluções alternativas ao cárcere. A atuação na redução das

vulnerabilidades sociais, com o foco na comunidade, na família e no indivíduo também é vista como fator de prevenção da violência.

Como se vê, a gestão da segurança passa pela participação da sociedade civil e à esfera federativa municipal compete estar sempre atenta às especificidades da sua população e articular as diversas políticas sociais no sentido da redução dos conflitos. 

Destaques da LOA 2010

POSITIVO:

Assim como o PPA 2010-2013, a LOA 2010 conta com mais informação sobre as metas e produtos a serem alcançados por meio de políticas públicas. Embora esteja longe do desejável, é um avanço significativo.

NEGATIVO:

O primeiro orçamento elaborado pelo novo governo copia o que teve de pior nas gestões antecessoras – a aviltante margem de remanejamento em 30% do valor total orçado. Parece contraditório que um mesmo governo aumente a quantidade de informação e, ao mesmo tempo dificulte o acompanhamento/fiscalização da execução orçamentária, mas não é. Quantidade de informação não significa qualidade. Aliás, esta é uma tendência na questão orçamentária: aumenta-se a quantidade para se impedir a qualidade. Hoje, sem dúvida, há mais quantidade de informação disponível, porém a forma como é apresentada aliada ao remanejamento na execução dificultam o acompanhamento e a fiscalização cidadã.

Nota sobre o estado

A função Segurança Pública é a quarta maior do orçamento estadual representando, na PLOA 2010, 9,2% da despesa total. Após seu comportamento crescente entre 2005 e 2008, alcançando o montante de R\$5,2 bilhões no último ano, tivemos em 2009 a previsão de R\$4,2 bilhões - 20% menor que a do ano anterior. Até o início de dezembro, 79% desta previsão havia sido executada. Para 2010, vemos que este novo patamar se perpetua, uma vez que a previsão aumenta apenas 2% em relação à de 2009.

Já as funções Assistência Social e Direitos da Cidadania representam um baixo peso no orçamento fluminense: apenas 0,5% em 2010. Destacamos a redução de 5% da previsão da Assistência em 2010 ficando na faixa dos R\$250 milhões. Também observamos uma média de execução no período 2005-2008 de 74%, próxima à verificada até meados de dezembro de 2009 (72%). A função Direitos da Cidadania, apesar de ter sua previsão maior que a verificada em 2009, sofreu redução de 9% se comparada à média prevista entre 2005 e 2009, montando a R\$210 milhões.

Programa Faixa Livre: 15 anos de luta pela igualdade social, soberania e democracia

Em 5 de dezembro de 1994, como resposta à ofensiva neoliberal evidenciada pela então recente eleição de Fernando Henrique Cardoso à presidência à frente de uma coalizão de centro-direita, entidades sociais se cotizaram e lançaram na Rádio Bandeirantes AM 1360 o Programa Faixa Livre. Nestes 15 anos, o programa se consolidou como um fórum de discussão único no nosso estado, alimentado por um grupo de ouvintes cativos e participativos, hoje conhecido informalmente como a “Família Faixa Livre”.

Os integrantes desta família tiveram a oportunidade, mais uma vez, ao longo desse tempo, de se reencontrarem pessoalmente em evento comemorativo aos 15 anos de programa, realizado na sede do Corecon-RJ, em dezembro. Ouvintes, que participam com perguntas e comentários através do telefone 2543-1360 e do e-mail faixa.livre@yahoo.com.br, confraternizaram-se com a equipe do programa e alguns dos entrevistados frequentes.

“Nosso programa visa informar e formar e é norteado por três pilares: o combate à desigualdade social, a defesa da soberania nacional e o aprofundamento da democracia, neste caso não só representativa, mas também participativa”, ressalta Paulo Passarinho, apresentador do Faixa Livre e conselheiro do Corecon-RJ.

O diferencial do programa é a independência em relação aos grupos de mídia e aos anunciantes privados. Doze sindicatos, associações e conselhos profissionais (veja box abaixo) atualmente bancam os custos de produção e do aluguel do horário na Rádio Bandeirantes.

O programa discute temas da atualidade sobre política, economia, energia e meio ambiente, tanto no âmbito nacional como internacional. De segunda à quinta, Paulo Passarinho inicia a jornada com o anúncio das manchetes do dia, seguido de um editorial, em geral feito de improviso e de acordo com a relevância de algum aspecto da realidade que sua sensibilidade aponte como prioritário. Em seguida, conduz uma série de entrevistas por telefone sobre os temas de debate.

Na sexta-feira, o formato é diferente. Depois das manchetes, há uma mesa temática ao vivo, do estúdio da rádio em Botafogo, em geral com três debatedores. Já na última quarta-feira de cada mês, os últimos 45 minutos do Faixa Livre são dedicados a um quadro com os historiadores Rubem Aquino e Frederico Falcão, abordando aspectos da nossa história.

O formato parece agradar aos ouvintes, que conferem ao programa a maior audiência da Rádio Bandeirantes e a disputa pela sexta maior no horário, no Rio de Janeiro.



Da esquerda para direita, Denise Gentil (economista da UFRJ), Leonardo Branco (OAB-RJ), o apresentador Paulo Passarinho, e Clemilce Carvalho (conselheira da Afiperj).

ro. Vale lembrar que a manhã é o horário nobre no rádio.

O apelo do programa, afirma Paulo Passarinho, está na relevância do time de entrevistados, resultado do trabalho da produtora Celeste Cintra, além da interatividade com os ouvintes, cuja interface é feita pela produtora assistente Sandra Priori. O rol dos entrevistados frequentes inclui lideranças da esquerda e do movimento social brasileiro, como Eduardo Suplicy, Chico Alencar, Milton Temer, Heloísa Helena, Marina Silva, Luiz Pinguelli Rosa, Roberto Requião, Pedro Simon, Wadih Damous, Plínio de Arruda Sampaio, Cristovam Buarque, Cecília Coimbra, Elio-

mar Coelho, Paulo Ramos, Reinaldo Gonçalves, Fernando Siqueira, Dércio Garcia Munhoz e Nildo Ouriques, entre outros.

O Faixa Livre começou em 1994 com a dupla de apresentadores Ricardo Bueno e Álvaro Queiroz. Paulo Passarinho substituiu Bueno, por ocasião do falecimento do respeitado jornalista em 1999. Em seguida, o jornalista Nilo Sérgio substituiu Queiroz. Posteriormente, Passarinho assumiu a condição de único apresentador do programa.

Além de ser veiculado pela Rádio Bandeirantes, o Faixa Livre pode ser assistido pela internet, no endereço www.programa-faixaivre.org.br

Entidades patrocinadoras

Afbndes (Associação dos Funcionários do BNDES).
 Afrerj (Associação dos Fiscais de Renda do Estado do Rio de Janeiro)
 Ambep (Associação de Mantenedores Beneficiários da Petros)
 Conape (Associação Nacional dos Anistiados da Petrobras)
 Corecon-RJ (Conselho Regional de Economia do Rio de Janeiro)
 Clube de Engenharia
 Aepet (Associação dos Engenheiros da Petrobras)
 OAB (Ordem dos Advogados do Brasil/RJ)
 Sintrasef (Sind. dos Trabalhadores do Serviço Público Federal no Estado do Rio de Janeiro)
 Sindecon (Sind. dos Economistas do Estado do Rio de Janeiro)
 Sindipetro (Sind. dos Petroleiros/RJ)
 Sindifisco (Sind. Nacional dos Auditores Fiscais da Receita Federal do Brasil)

agenda de cursos

MATEMÁTICA

17 de março a 30 de setembro, quartas, das 13h45 às 16h50

ESTATÍSTICA

16 de março a 30 de setembro, terças, das 14h45 às 17h50

MACROECONOMIA E MICROECONOMIA PARA CONCURSOS: TEORIA E EXERCÍCIOS

1º de fevereiro a 17 de maio, segundas, das 14h45 às 17h30

AVALIAÇÃO DE PROJETOS E TOMADA DE DECISÃO MODELOS EM EXCEL

1º a 12 de fevereiro, segundas, terças, quartas e sextas, das 18h45 às 21h30

PERÍCIA

24 de fevereiro a 14 de julho, quartas, das 18h45 às 21h50

MICROECONOMIA PARA CONCURSOS: TEORIA E EXERCÍCIOS

2 de março a 4 de maio, terças, das 18h45 às 21h45

ECONOMIA MARXIANA

4 de agosto a 15 de dezembro, quartas, das 19h às 21h40

ECONOMIA DA ENERGIA

4 de março a 6 de maio, quintas, das 18h45 às 21h30

TÓPICOS DA ECONOMIA BRASILEIRA RECENTE EM QUATRO ENCONTROS

6, 13, 20 e 27 de abril, terças, das 18h45 às 21h30